



CHARGE **Padron**

E-mail: padron@atribuna.com.br



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Valor das emendas dos vereadores de Santos vai subir

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao próximo ano entregue pelo prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), aos vereadores, no final do mês passado, traz um dado importante e que agradou muito aos integrantes da Casa: o aumento de 23,5% do valor reservado às emendas parlamentares para cada um dos legisladores (de R\$ 745 mil, em 2019, passará para R\$ 920 mil). Essa elevação que supera a correção de qualquer índice inflacionário nesse período de 12 meses tem ao menos duas justificativas. A primeira delas é que esse montante reservado para cada legislador indicar investimentos em obras, equipamentos e serviços que não acarretem aumento de despesas continuadas à Administração Municipal representava 0,7% da Receita Corrente Líquida (RCL). A partir do próximo ano, esse valor será de 0,8% da RCL. Além disso, a RCL prevista na LDO 2020 é maior do que a projetada pela deste ano (R\$ 2,509 bilhões contra R\$ 2,326 bilhões).



“Temos no Brasil uma cultura da sonegação. Existe a cultura do Refis, do justo pagando pelo pecador”

Eduardo Girão (Pode-CE), senador

Proposta polêmica

O Projeto de Lei Complementar 14/2019, que busca proibir a concessão e renovação de alvará de licença de estabelecimentos comerciais que vendem animais domésticos, será tema de uma audiência pública hoje, a partir das 19 horas, na Câmara de Santos.

Questão de valor

A propositura foi apresentada pelo vereador Benedito Furtado (PSB). “Animais não são coisas. Não são mercadorias. Ninguém compra um bebê, assim, ninguém deveria pagar para ter um animal de estimação”, frisou o parlamentar, que convocou o evento.

Missão cumprida

O prefeito de Peruíbe, Luiz Maurício (PSDB), assinou ontem o aditamento de contrato com o Governo do Estado para as obras de manutenção do trecho próximo ao Chão de Pedra, na Estrada do Guaraú.

Investimento vital

Essa medida beneficia os moradores daquela região que tem somente essa via como acesso. A estrada tem papel fundamental ao turismo, porque liga o trecho urbano às belas praias e cachoeiras da Jureia.

Debate pertinente

Idealizada pela deputada estadual Beth Sahnão (PT), a Frente Parlamentar em Defesa das Instituições Públicas de Ensino, Pesquisa e Extensão será lançada amanhã, às 11 horas, na Assembleia Legislativa.

Cenário crítico

A ideia desse fórum surgiu a partir das dificuldades verificadas para financiar pesquisas no Estado. O grupo também discutirá o aprimoramento das políticas públicas para a produção de estudos sobre educação, ciência, tecnologia e inovação.

LUCIANO NETTO/DIVULGAÇÃO



Revolta geral

Parte da classe política de Itanhaém não gostou da divulgação do Índice de Exposição à Criminalidade Violenta (IECV), produzido pelo Instituto Sou da Paz, com base em dados oficiais da Secretaria de Estado da Segurança Pública referentes a 2018. O caso repercutiu na sessão de ontem na Câmara.

Avaliação ruim

Segundo o levantamento, o local é considerado o mais exposto à violência entre as cidades paulistas com mais de 50 mil habitantes. Mongaguá aparece na 4ª posição.

Tudo errado

Na visão do vereador Silvio Oliveira (PSDB - foto), que é investigador da Polícia Civil, o critério utilizado pela instituição para analisar os dados é equivocado e não leva em consideração a sazonalidade dos municípios litorâneos.

Efeito imediato

O colega de plenário Carlos Antonio Ribeiro (PSDB) também discordou dos resultados. “Pela minha experiência de 15 anos como PM, não vejo Itanhaém como uma cidade violenta”, destacou. Para João Carlos Rossmann (MDB), a constatação do levantamento é péssima para o turismo da Cidade. “As pessoas vão pensar duas vezes antes de decidir para onde ir”, disse.



CONTRA PUNTO

Por Carlos Rattón e colaboradores



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Fabrício cobra placas. O vereador Fabrício Cardoso (PSB) está cobrando da Prefeitura de Santos providências acerca de problemas com a publicização em placas de obras públicas. Na última semana, ele fiscalizou as obras da UBS da Areia Branca e constatou que a mesma contém informações incorretas sobre os valores e prazos, o que certamente pode induzir o munícipe ao erro, segundo o vereador. As obras da UBS tiveram início em janeiro de 2016, com o valor inicial de R\$ 2.171.338,29 e previsão de entrega para 12 meses.

Omissão. "Devido aos atrasos da primeira empresa licitada, a Terra Paulista, o contrato foi interrompido e a segunda colocada na licitação, Spalla Engenharia, foi chamada para assumir os trabalhos, em setembro de 2018, com 55% da obra concluída. Entretanto, a placa que está na obra consta apenas o valor e o prazo correspondentes à segunda empresa (R\$1.003.538,77, com início em setembro de 2018 e previsão de entrega para o fim 2019). Portanto, está omitida a data oficial de início dos trabalhos, bem como o valor total da reforma".

Alterações urgentes. Diante disso, Cardoso apresentou um Requerimento ao Executivo, cobrando a alteração das informações da placa. "As legislações infraconstitucionais reforçam a obrigação de que as informações disponibilizadas ao cidadão pelos gestores públicos têm que estar em consonância com a realidade. Apesar da transparência exigida, frequentemente nos deparamos em nossa Cidade com placas que induzem o cidadão ao erro, criando falsas expectativas e esperanças acerca de obras que se eternizam em aditivos e outras formas de postergação", destacou Cardoso.

Placas particulares. Já o vereador Sérgio Santana (PR) irá iniciar uma fiscalização sobre a falta de placas de identificação de obras particulares. O parlamentar afirma que a Administração não vem fazendo o papel de fiscalizadora. "Vou fazer percorrer a cidade inteira, anotar todas as obras que estão sem placas e cobrar do setor de fiscalização. Qual o interesse numa situação como essa? Não existe, no mínimo, omissão por parte do poder público?", questiona.

Rosana cobra secretários. A deputada federal Rosana Valle (PSB/SP) se reuniu com representantes da Educação das cidades da região e solicitou um relatório com as necessidades de cada município para que pudesse buscar recursos federais. Ela questionou os secretários porque muitos não cumprem a lei federal que determina a compra de 30% dos alimentos das cooperativas e produtores da agricultura familiar.

IML ESTUÁRIO. Vereador vai apresentar relatório sobre audiência pública

Prefeitura aguarda estudo de impacto

A Prefeitura de Santos informou ontem que aguarda o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) por parte do Estado, para analisar a viabilidade, ou não, da implantação do futuro Instituto Médico Legal (IML) e necrotério, na Rua Bernardo Browne, 122, no Estuário.

“Por meio de uma comissão instituída por lei, será analisado o estudo, verificando se atende as disposições legais a fim de minimizar e/ou compensar os impactos à vizinhança. O resultado do EIV é analisado antes de qualquer emissão de licença da Prefeitura,

seja para início das obras ou atividades”, afirma a Administração.

RELATÓRIO.

O vereador Sérgio Santana (PR) garantiu também ontem que um relatório está sendo realizado para avaliar a implantação do equipamento. Ele realizou, na última sexta-feira (3), uma audiência pública sobre a questão. A Prefeitura havia revelado que o EIV só poderia ser iniciado a partir do momento do recebimento formal do pedido de inscrição municipal para o funcionamento da atividade

de no local.

A implantação do equipamento vem causando resistência em parte dos moradores do bairro. No encontro, foi apresentada uma proposta alternativa de locação - um imóvel na Rua Martim Afonso, 141, próximo do Palácio da Polícia. “A proprietário do imóvel me cedeu uma cópia da proposta. O aluguel custará R\$ 20 mil, o seja, R\$ 10 mil a menos do que o Estado pretende pagar no imóvel do Estuário (R\$ 30 mil), e ainda vai realizar todas as adaptações necessárias e se responsabilizar pela manutenção básica do IML”, adiantou o parlamentar santista.

Vale lembrar que, embora esteja recebendo reformas e adaptações, o proprietário do prédio do futuro IML, no Estuário, não possui contrato assinado com o Governo do Estado de São Paulo. A informação foi confirmada pelo superintendente da Polícia Técnico-Científica, Maurício Rodrigues Costa, que revelou que também não há acordo formal e que o proprietário decidiu realizar obras de adequação do prédio após saber do interesse do Governo.

Os moradores questionam que o prédio do futuro IML no Estuário fica a apenas três metros de um prédio residencial e que sua instalação deve aumentar o fluxo de pessoas, desvalorizar os imóveis do entorno e, em fun-



Moradores não querem que IML ocupe prédio da Bernardo Browne, no Estuário, em Santos

ção também da instalação da Polícia Científica regional no prédio, haverá acondicionamento de drogas e armas, outro impacto que gerará insegurança entre os habitantes.

Uma fiscal da Prefeitura concluiu, após consulta formal à Administração, que a área em questão não poderia abrigar o equipamento. Momento depois, a Administração afirmou que não seria necessária licença para as obras ao mesmo tempo que

não há nenhum processo em andamento na Secretaria de Infraestrutura e Edificações para funcionamento do IML no Estuário, que ainda terá que passar pelo crivo da Secretaria de Saúde e obter o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) para, só então, obter o alvará de funcionamento.

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) já se manifestou. Não questionou o valor do aluguel, mas garante que o

imóvel atende critérios técnicos dentro de uma área de zoneamento classificada como mista e que a mudança visa melhorar as condições de trabalho e atendimento da unidade, além de preservar equipamentos e parte elétrica. Por último, revela que o prédio está em fase de adequação e que todo processo e questões legais têm sido acompanhadas de perto pela Prefeitura de Santos e órgãos estaduais. (Carlos Ratton)



Proibição de venda de animais em pauta

» A Câmara de Vereadores de Santos realiza audiência pública nesta terça-feira (7), a partir das 19 horas, na sede do Legislativo (Praça Ten. Mauro Batista Miranda, s/nº), para debater o PLC 14/2019, que proíbe a concessão e renovação de alvará de licença, localização e funcionamento aos canis, gatis e estabelecimentos comerciais que pratiquem a comercialização de animais domésticos em Santos.

De autoria do vereador Benedito Furtado (PSB), a proposição foi apresentada na 11ª Sessão Ordinária, em 14 de março. O parlamentar afirma que é nítido o progresso social rumo à “descoisificar” os animais, dando-lhes o tratamento cabível como seres vivos dotados de sensibilidade. “Animais não são coisas, não são mercadorias. Ninguém compra um bebê, assim, nin-

guém deveria pagar para ter um animal de estimação”, afirma o parlamentar.

Em alguns países como a Inglaterra e Austrália já existe legislação vetando a venda de animais. No México, até o status jurídico dos animais foi modificado os reconhecendo como seres e destinatários de tratamento digno e respeito à integridade física.

“É importante ressaltar que a vida animal não depende da criação artificial, controlada ou forçada pelo ser humano. O risco de pensar de forma diversa ao exposto se configura na pretensão de elevar o homem ao patamar de gerador de vidas, equiparando-o, quiçá, à figura divina (...) São compreensões como estas que levam ao equívoco de se considerar morais e permitidas as manipulações genéticas”, diz Furtado. (DL)